

São Caetano do Sul inicia distribuição de carteiras de identificação para autistas

Daniela Sayuri, de 6 anos, foi a primeira a receber documento no município: "a gente sempre teve esse direito e agora podemos exercê-lo", diz mãe

Por Jéssica Marques — Rio de Janeiro



Milton Vaz, 45 anos, Priscila Kawamura Vaz, 42 anos, Erica Yumi Kawamura Vaz e Daniela Sayuri Kawamura Vaz, 6 anos, juntos segurando a carteirinha. — Foto: arquivo pessoal

No colo de sua mãe, a pequena Daniela Sayuri Kawamura, de 6 anos, exhibe sorridente seu novo documento de identidade. Após passar por um processo de cadastramento, ela foi a primeira a receber a CIPTEA - Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, pela a prefeitura de São Caetano do Sul, no ABC Paulista, que iniciou a distribuição do documento no dia 29 de abril, que garante aos portadores do transtorno prioridade nas filas de atendimento em órgãos públicos ou privados e em redes de saúde, e acompanhamento auxiliar pelo programa Educação Inclusiva nas escolas.

E apesar do governo de São Paulo e de Minas estarem ampliando a emissão das carteiras de CIPTEA, desde de que o Art. 3º da Lei nº 13.977 (Lei Romeo Mion) foi aprovada em dezembro do ano passado, a implementação no âmbito nacional segue por etapas.

Daniela foi diagnosticada ainda bebê com autismo nível 1, também conhecido com síndrome de Asperger, em que a pessoa consegue se comunicar sem suporte, mas tem dificuldade em interações sociais. A mãe, Priscila Kawamura, tinha 36 anos quando percebeu que uma de suas filhas gêmeas, Daniela e Erica, tinha espectro autista. Hoje, ela dedica boa parte de seu tempo para cuidar da filha e ajudá-la em sua inserção na sociedade.

— O autismo não é uma deficiência visível. Você não consegue identificar uma pessoa autista apenas olhando para ela. Diferente de quem é portador de deficiência física, mulheres grávidas e idosos — diz Priscila, que já passou por situações desconfortáveis por acharem que as crises sensoriais da filha eram "frescura". — Se você está numa fila com a criança e passa na frente das pessoas, elas te olham feio. Elas não compreendem que quando uma pessoa autista tem uma crise, o que os médicos chamam de "melt down", é preciso esperar o tempo dela. Como mãe e dona de casa, preciso ir ao mercado, ao banco e tenho que levar minhas filhas comigo. Infelizmente, no Brasil, a gente precisa provar aquilo que já é evidente para poder ser aceito — completa a designer.

Com cerca de 150 mil habitantes, São Caetano do Sul foi o primeiro município do país a aderir ao novo sistema de identificação. Para Luciano Cintrão, diretor da Valid, empresa que teve a concessão da prefeitura para a confecção das carteirinhas, o momento reforça a importância do reconhecimento e identificação das pessoas portadoras de autismo, além da incidência de leis que foram criadas há um tempo, mas que demoraram a sair do papel.



Daniela Sayuri Kawamura Vaz e Erica Yumi Kawamura Vaz abraçadas segurando a carteirinha — Foto: Arquivo pessoal

— Alguém precisava tomar uma iniciativa. A pessoa no espectro de autista não é identificada de pronto. A identidade é suficiente para que o portador se apresente como autista, um documento super necessário e que facilita no dia a dia — explica Luciano, ressaltando que até o momento cerca de 336 pessoas já receberam a identificação em São Caetano e estima-se que, pelo menos, 2 mil portadores sejam beneficiados.

Durante o mapeamento feito pela prefeitura junto com a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, cerca de 70% dos autistas de São Caetano do Sul, com faixa etária de 0 a 14 anos, já adquiriram a carteira. Sendo 20% foi na faixa de 15 a 40 anos e 10% pessoas acima dos 40 anos. A lei nº 13.977 ficou conhecida como Lei Romeu Mion, em homenagem ao filho do apresentador Marcos Mion, que possui o Transtorno do Espectro Autista (TEA), sancionada em dezembro de 2020, porém nunca implementada, até agora.

— A gente sabe que tem o direito de usar a carteirinha. Daniela sabe ficar em pé, sabe se comunicar e ela precisa ser incluída na sociedade. Nós temos o direito de usar, mas também temos o dever de entender que as outras pessoas também precisam. Algumas até mais do que ela. Quando ela tinha muitas crises eu não sabia lidar, ficava preocupada por não saber o que fazer. Quando ela tem crise, o que acontece pouquíssimas vezes, eu tento deixá-la se acalmar, respeito o tempo dela. Todo o tratamento da minha filha é feito pelo SUS e fico feliz de saber que agora ela vai ter mais espaço para ser quem é — diz Priscila.

<https://oglobo.globo.com/brasil/direitos-humanos/noticia/2022/05/crianca-autista-e-a-primeira-do-pais-a-receber-carteirinha-de-identificacao-especial-em-sp.ghtml>

Veículo: Online -> Portal -> Portal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Brasil